



INTER  
FACES  
CIENTÍFICAS

HUMANAS E SOCIAIS

ISSN IMPRESSO 2316-3348

E-ISSN 2316-3801

DOI - 10.17564/2316-3801.2016v5n2p113-124

---

# HOMICÍDIOS, ESTATÍSTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO ESPÍRITO SANTO

HOMICIDE, STATISTICS AND SECURITY POLICIES IN ESPÍRITO SANTO STATE  
ESTADÍSTICAS DE HOMICIDIOS Y POLÍTICAS DE SEGURIDAD EN EL ESPÍRITO SANTO

---

Adorisio Leal Andrade<sup>1</sup>

Pablo Silva Lira<sup>2</sup>

## RESUMO

Nos últimos anos o Espírito Santo tem ficado nos primeiros lugares no ranking de homicídios do Brasil. Na luta para enfrentar esse problema e entender melhor o fenômeno, violência e homicídios, gestores públicos usam recursos de outras áreas do conhecimento, fora a segurança pública, como administração, estatística, sociologia, geografia, arquitetura e urbanismo, dentre outras. A produção e análise das estatísticas da criminalidade e de homicídios podem ajudar o estado a traçar diretrizes e implementar políticas públicas que visem não só a diminuição dos índices de homicídios, mas também retornar sensação de segurança

à população, resultando assim melhoria da qualidade de vida das pessoas. Nesse breve trabalho analisaremos as estatísticas de homicídios no estado do Espírito Santo e algumas políticas públicas implementadas no período de 2003 até 2015.

## PALAVRAS-CHAVE

Homicídios. Estatísticas. Segurança Pública. Políticas de Segurança Pública.

## ABSTRACT

Over the past years Espírito Santo State has been considered the number one by homicides in Brazil. In order to face the problem and to understand the phenomenon: violence/ homicides, the public managers have used areas of knowledge different from public security like, administration, statistics, sociology, geography, architecture and urbanism among others. The production and analyses of the statistics on crime and homicides can help the State to establish guidelines as well as to implement public policy focusing not only the reduction in homicides but also bringing back a sense of security on the people which means

an improvement on quality of life. This short paper it will be analyzed statistics on homicides in the Espírito Santo State as well as some public policy implemented between 2003 and 2015.

## KEYWORDS

Homicide. Statistics. Public Safety. Public Security policies.

## RESUMEN

En los últimos años, el Espírito Santo ha estado en primer lugar en el ranking de homicidios en Brasil. En la lucha para hacer frente a este problema y comprender mejor el fenómeno, la violencia y los homicidios, los gestores públicos utilizan recursos de otras áreas del conocimiento, fuera de la seguridad pública, tales como la administración, la estadística, la sociología, la geografía, la arquitectura y la planificación urbana, entre otros. La producción y el análisis de las estadísticas de criminalidad y homicidios pueden ayudar al estado a establecer directrices e implementar políticas públicas que no solo la disminución de las tasas de homicidio, sino también la sensación de seguridad

devolver a la población, buscando, de este modo, mejorar la calidad de vida. En este breve artículo se analizan las estadísticas de homicidios en el Estado de Espírito Santo y algunas políticas públicas implementadas en el período de 2003 a de 2015.

## PALABRAS CLAVE

Homicidios. Estadística. La seguridad pública. Políticas de seguridad pública.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho de pesquisa estudaremos o comportamento dos homicídios nas últimas décadas no estado do Espírito Santo. Estudar homicídios é importante porque é o extremo da violência, é contra a pessoa, é contra a família da pessoa, é contra os amigos e conhecidos da vítima, enfim é contra a sociedade.

Aprofundar estudos sobre o tema homicídios é necessário, pois se não há um entendimento claro do que é, como é, onde ocorre e o quanto ocorre não se poderá elaborar políticas públicas de segurança eficientes. Sem políticas de prevenção que atinjam o cerne do problema, só teremos gastado os recursos públicos e o tempo das pessoas sem conseguir mudar em nada a realidade estatística desse crime, pois é um problema multifacetado e multicomplexo.

Revisamos a literatura nacional. Pesquisamos em artigos científicos e livros que abordaram o tema homicídios e políticas públicas para redução de homicídios no estado do Espírito Santo nos últimos anos, também usamos os bancos de dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde na página da internet do DATASUS no endereço eletrônico <http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php/>. Essas informações compõem o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) onde são coletadas as declarações de óbitos nas unidades da federação.

Outra informação relevante é que adotamos nas pesquisas dos bancos de dados a Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS) para classificar os óbitos de nossa análise.

Esse banco de dados fornece dados a partir de 1979, e até 1995 utilizamos como Walselisz (2011; 2013; 2014) e Zanotelli e outros autores (2011) o CID-9, Capítulo XVII Causas Externas e o CID-BR-9 homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras

pessoas. E a partir de 1996 adotamos também o CID 10 Causas externas de morbidade e mortalidade e o CID-BR-10 que são as agressões.

O CID-10 estabelece dentre as causas dos óbitos: os acidentes de transporte, comumente denominados acidentes de trânsito; os homicídios e os suicídios. Nessa pesquisa nos ateremos somente aos homicídios, homicídios no Brasil de modo geral e homicídios no estado do Espírito Santo, especificamente.

Tendo feito essas considerações introdutórias vejamos como os operadores da área da segurança pública devem lidar com as informações e estatísticas criminais e de homicídios especificamente.

## 2 O USO DAS INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS PELA SEGURANÇA PÚBLICA

Segundo Beato (2009) os estudos da gestão das informações são de suma importância não só para as polícias e secretarias de segurança pública, mas para o Estado de um modo geral. No caso das organizações da segurança pública as informações são um produto básico, sem elas não tem como dar um segundo passo na implementação de políticas públicas de redução de criminalidade violenta.

Lima (2005) data que as primeiras referências de utilização de estatísticas criminais no Brasil aparecem da década de 1870, quando a legislação destacava que cabia aos chefes das polícias a obrigatoriedade de sistematização da coleta e prestação de contas das informações sobre o estado das províncias, não só criminalmente, mas em tudo que se referiria ao controle social da época.

De lá para cá, devido aos índices criminais elevados, tem se intensificado por parte do Estado e das instituições de pesquisa a busca por conhecer melhor o fenômeno da violência, dos homicídios e suas estatísticas. Como assevera Carneiro (2007, p. 61):

Experiências bem-sucedidas de redução do crime ocorridas na última década demonstraram como o uso adequado de informações é fundamental para o planejamento e a implementação de medidas eficazes na área da segurança pública.

Lima (2005) pondera que o conhecimento estatístico deve ser como uma ferramenta para construção da objetividade de fenômenos sociais, pois:

[...] eles são instrumentos de construção de discursos da verdade, que almejam a objetividade e a legitimidade enquanto pressupostos; são resultados de múltiplos processos sociais de contagem, medição e interpretação de fatos e, portanto, dependem da circulação do poder para se reproduzirem. (LIMA, 2005, p. 27).

Os gestores da segurança pública, principalmente, devem trabalhar para que todas as fases da coleta de dados sobre óbitos sejam confiáveis, úteis e estejam disponíveis em tempo hábil para tomada de decisão. Segundo Waiselfisz (2014), os dados de homicídios são os dados mais confiáveis e os mais preocupantes no contexto atual para segurança pública.

A sociedade, os pesquisadores, os servidores públicos precisam dessas informações, e precisam confiar nessas informações, para trabalharem as questões da violência em prol da diminuição dos índices de criminalidade violenta no seu bairro, em sua cidade e em seu estado.

### 3 OS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS NO BRASIL

Waiselfisz (2011) nas suas pesquisas que geram o Mapa da Violência, ano após ano, desde o final da década de 1990, revela que para estudar a violência são

utilizados os índices de homicídios porque as diversas outras formas de violência têm uma abrangência estatística extremamente limitada e assevera:

Já no campo dos óbitos, contamos com um Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) que centraliza informações sobre os óbitos em todo o país, e cobre um universo bem abrangente das mortes conhecidas e de suas causas. (WAISELFISZ, 2011, p. 10).

Waiselfisz (2011) em seus estudos ainda pontua que o Ministério da Saúde passou a divulgar as informações sobre óbitos a partir de 1979 e até 1995 usou a Classificação Internacional de Doenças (CID-9) da Organização Mundial de Saúde e nos anos subsequentes o CID-10, utilizado até hoje.

Em relação aos homicídios Waiselfisz (2014) em suas análises demonstra como os números de óbitos se comportaram ao longo das décadas, considerando as taxas relativas de um homicídio para cada 100 mil habitantes fazendo assim sobressair algumas conclusões, primeiro: a taxa de óbitos sobe de 11,1 em 1980 para 29,0 em 2012, ou seja, um aumento em pouco mais de três décadas de 147,9%. Um crescimento significativo e que não apresenta tendência de uma amenização ou queda em proporção equivalente, pelo menos até 2012.

A segunda observação que Waiselfisz (2014) fez é que entre 1980 e 2012 as taxas apresentaram alguns picos, cujos motivos devem ser aprofundados, como em 2003 (chegando a 28,9) e em 2012 (extrapolando a 29). Os números que Waiselfisz (2014) analisa apresentam momentos de depressão após os dois primeiros picos de 1990 e 2003.

Waiselfisz (2014) analisando a evolução da mortalidade violenta entre os anos de 1980 e 2012 conclui que os números absolutos dos homicídios no Brasil nesse período impressionam e carecem de um cuidado emergencial por parte da sociedade e seus governantes na implantação de políticas públicas.

Já em suas análises anteriores Waiselfisz (2011) chegava a algumas conclusões que são importantes para os estudos sobre homicídios no Brasil, que podem ser parâmetros para estudarmos os estados e as cidades.

Uma consideração do autor é que homicídios apresentaram crescimento progressivo desde 1980, quando a taxa era de 11,7 homicídios por 100 mil habitantes, passando em 2003 para uma taxa de 28,9 sendo que, a partir de 2003, alguns fatores proporcionaram um freio nas taxas de homicídios.

Os freios citados por Waiselfisz (2011) podem ser caracterizados por políticas públicas em unidades da federação que se destacaram no campo da segurança pública, como os programas e projetos implantados no estado de São Paulo, que proporcionalmente impactaram os índices de homicídios. Com menor intensidade também se destacaram como experiências positivas os casos do Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul (WAISELFISZ, 2011). Além desses casos o autor ressalta as ações de um modo geral atribuídas à campanha do desarmamento, como exemplo a devolução de armas de fogo pela população e o incremento de penas mais rígidas para posse e porte de armas de fogo.

## 4 OS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (ES)

Tendo em vista a situação nacional, surge por meio dos estudos Waiselfisz (2014) um ranking dos estados da federação em relação às taxas de mortalidade. Waiselfisz (2014) publica no Mapa da Violência esse ranking com regularidade desde 2004.

O estado do Espírito Santo destaca-se, não em função dos números absolutos de homicídios, mas em função das taxas em relação a 100.000 habitantes. Waiselfisz (2014) usa em suas bases de cálculos as regras da Organização Mundial de Saúde (OMS), que constituem o padrão da Classificação Internacional de Doenças.

Para o cálculo das taxas de mortalidade do Brasil, Waiselfisz (2014) utiliza as estimativas intercensitárias disponibilizadas pelo DATASUS que, por sua vez, utiliza as seguintes fontes:

- **1980, 1991, 2000 e 2010:** IBGE – Censos Demográficos;
- **1996:** IBGE – Contagem Populacional;
- **1981-1990, 1992-1999, 2001-2006:** IBGE – Estimativas preliminares para os anos intercensitários dos totais populacionais, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SE/DATASUS;
- **2007-2009:** IBGE – Estimativas elaboradas no âmbito do Projeto UNFPA/ IBGE (BRA/4/P31A) – População e Desenvolvimento. Coordenação de População e Indicadores Sociais;
- **2010-2012:** Estimativas populacionais do DATASUS/MS.

Em relação ao ranking Brasil, apresentamos uma tabela que mostra o histórico encontrado na literatura sobre a colocação do ES em relação aos outros estados da federação. Cerqueira (2013) destaca que em 1980 o ES ocupava a 5ª colocação, e que até 2012 o ES sempre esteve entre os cinco primeiros lugares da lista. Em verdade os dados revelam que o estado no intervalo de 1997-2012 sempre esteve entre os três primeiros do ranking.

**Tabela 1 – Homicídios no Espírito Santo e ranking nacional**

<b>HOMICÍDIOS NO ES</b>			
<b>Ano</b>	<b>Nº de Homicídios</b>	<b>Taxa por 100 mil hab.</b>	<b>Ranking Nacional</b>
1997	1426	50,0	2º
1998	1692	58,4	2º
1999	1543	52,5	2º
2000	1449	46,8	3º
2001	1472	46,7	3º
2002	1639	51,2	3º
2003	1640	50,5	3º
2004	1630	49,4	2º
2005	1600	46,9	2º
2006	1774	51,2	3º
2007	1885	53,6	2º
2008	1948	56,4	2º
2009	1996	57,2	2º
2010	1794	51,5	2º
2011	1981	47,4	2º
2012	1693	47,3	2º

**Fonte:** SIMDATASUS, Waiselfisz (2010 e 2014)

Observamos nessa série analisada que como nos índices de homicídios do Brasil, também, o Espírito Santo alcançou dois picos de elevação dos índices, apesar das taxas sempre estarem altas em relação aos índices do Brasil. O primeiro pico em 1998 onde se registraram 1.692 casos que significou uma taxa de 58,4 por 100 mil habitantes e em 2009 quando foram contabilizados 1.996 homicídios que representou uma taxa de 57,2.

Cerqueira (2013) resume que esses números do Espírito Santo não destoam de um modo geral dos elevados índices de homicídios e que o perfil das vítimas no Espírito Santo coincide basicamente com o perfil das vítimas no país: “[...] predominantemente homens; jovens - em torno de 20 anos de idade; solteiros; negros ou pardos, com baixa ou nenhuma escolaridade, mortos geralmente na rua, por arma de fogo entre 20h e meia-noite” (CERQUEIRA, 2013, p. 56).

Waiselfisz (2013) em seus estudos quando analisa o caso do Espírito Santo focando a faixa etária dos jovens de 15 a 29 anos, alerta que a situação é bem mais complexa e dramática. Não entraremos nesse grau de detalhamento, mas é importante citar o autor em suas considerações para entendermos seus apontamentos quando chama as taxas de “absolutamente inaceitáveis”:

Outros 12 municípios: três da Bahia, três da Paraíba, dois de Alagoas – entre eles, sua capital, que junto com João Pessoa são as únicas a ultrapassar a casa dos 200 homicídios por 100 mil jovens, mais dois da Paraíba, além de sua capital, dois do Pará, uma de Goiás e outra do Espírito Santo apresentam a inaceitável realidade do extermínio da sua juventude. (WASELFISSZ, 2013, p. 64).

De volta à tabela apresentada, observamos que após os picos de homicídios nos anos 1998 e 2009 aparece uma série de queda de três anos. Depois de 1998 com 58,4, aparecem os anos 1999, 2000 e 2001 com respectivamente 52,5, 46,8 e 46,7. Da mesma forma em 2009 chegam a 57,2 e em 2010, 2011 e 2012 ficam com respectivamente 51,5, 47,4 e 47,3 assassinatos por 100 mil habitantes. Uma hipótese que pode ser levantada para explicar o recuo dos homicídios nesse período é a implantação de certas políticas públicas de segurança como veremos mais adiante.

Os altos índices em 1998 e em 2009 motivaram o governo estadual do Espírito Santo a implementar políticas públicas específicas para tentar controlar os números, como foi o caso do Planejamento de Ações de Segurança Pública (PROPAS) em 1999 e o Plano de Enfrentamento à Violência em 2008/2009.

Na próxima seção estudaremos essas políticas públicas realizadas de 1999, em 2009, indo até o Programa Estado Presente. Observaremos algumas características e identificaremos algumas de suas ações para conter os homicídios e dar uma sensação de segurança a população capixaba.

## 5 OS HOMICÍDIOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO ESPÍRITO SANTO

Ao analisarmos a literatura sobre os homicídios e a implantação de políticas públicas de segurança encontramos algumas ações dos gestores da segurança no Espírito Santo, visando coibir esses índices de violência e homicídios especificamente.

No ano de 1998 os homicídios no estado do Espírito Santo chegaram a um número demasiadamente elevado como Cerqueira (2013) e Waiselfisz (2011) alertaram: 1.692 pessoas mortas.

Depois de uma série progressiva de alta criminalidade e tentativas sem resultados de implantar políticas públicas, surgiu um programa que tenta dar respostas a esse fenômeno. Foi implementado em 1999 o chamado Programa de Planejamento de Ações de Segurança Pública (PROPAS).

Segundo Cardoso (2009) a elaboração dessa política específica de segurança não foi movida por um episódio único, mas pela divulgação de pesquisas e análises das estatísticas sobre a violência e a criminalidade.

Em resumo o PROPAS foi:

[...] inicialmente um conjunto de oito projetos, subdivididos em 17 subprojetos, ampliados posteriormente para 23 subprojetos, em parceria com o governo federal, assim que este criou o seu próprio plano de segurança pública. Previa reformas administrativas típicas, como a “irrigação financeira” das unidades operacionais, revisão de legislação organizacional da

polícia e bombeiros, racionalização de recursos humanos e materiais e informatização. Existe, é claro, uma distância entre o que é previsto e o que é implantado. (BITTENCOURT, 2014, p. 57).

A Principal característica do PROPAS pesquisada por Cardoso (2009) foi a mudança no organograma de funcionamento da Segurança Pública e algumas ações de impacto que foram implementadas.

Cardoso (2009) destaca a criação de Zonas de Policiamento Integrado, colocando no mesmo espaço as polícias – civil e militar; a criação dos chamados Corredores de Segurança Ostensiva, que distribuía o policiamento ostensivo em pontos estratégicos da Região Metropolitana da Grande Vitória, além de inovações tecnológicas e gerenciais.

Essas políticas públicas de segurança podem ser uma das explicações para a estabilização e leve queda dos homicídios nos anos que seguiram apesar de Bittencourt (2014) alertar que o programa priorizou somente o aperfeiçoamento do policiamento ostensivo militar, tentando torná-lo mais eficiente e eficaz como os exemplos citados anteriormente por Cardoso (2009).

O programa e também os resultados na era do PROPAS não foram perenes, só durando em sua totalidade até as eleições seguintes à sua implementação. Com a mudança de governo em 2002 novamente todas as políticas públicas foram repensadas e readaptadas.

Conforme Waiselfisz (2011), a partir de 2002 as taxas começam a evoluir e explodem em 2008 e 2009 (56,4 e 57,2 por 100 mil habitantes), respectivamente, só não sendo tão alta como em 1998, mas tão grave quanto era a situação do Espírito Santo diante de suas estatísticas e da irredutibilidade do ranking nacional.

Em relação a esse pico do número de homicídios Waiselfisz (2013) adverte estar ocorrendo no Espírito Santo um “extermínio da juventude”. O que faz o go-



verno estadual, em 2008, trabalhar em um novo plano para conter a onda de violência.

O Plano de Enfrentamento à Violência no Espírito Santo começou a ser implementado em meados de 2008 com o intuito de ser a principal política pública de segurança da Secretaria de Segurança do estado, segundo Pereira e Grassi (2012).

O Plano foi definido e tentou-se implementá-lo em três fases: a primeira com a prisão de criminosos com mandado de prisão em aberto em bairros onde identificava-se um alto índice de homicídios, na segunda fase a polícia militar faria uma ocupação ostensiva e permanente do local a fim de garantir a chegada da terceira etapa, com a realização de projetos esportivos, sociais, culturais e cívicos. Em relação à definição das áreas de implantação do plano destacam Pereira e Grassi (2012, p. 81):

O Plano de Enfrentamento foi formulado a partir de uma boa ideia, identificar as áreas mais perigosas da RGV e concentrar nelas seus esforços. Essas áreas foram identificadas a partir de análise geoestatística (Mapa do Crime), que encontrou as regiões de maiores concentrações de homicídios da RGV. Foram selecionados um bairro para cada município da RGV e estes locais passaram a receber mais atenção das agências de segurança pública. Os bairros inicialmente selecionados para serem Regiões Especiais de Defesa Social (REDS) foram: Grande São Pedro em Vitória, Grande Terra Vermelha em Vila Velha, Nova Rosa da Penha em Cariacica, e o Conjunto Feu Rosa/Vila Nova de Colares na Serra.

Segundo esses autores essa política pública não foi totalmente implementada por alguns fatores:

- O baixo efetivo policial, impossibilitando a ocupação em definitiva das áreas mais violentas;
- Sistema prisional colapsado (presos em delegacias);
- Atritos políticos (dentro e fora da Secretária de Segurança);

- Falta de integração com algumas prefeituras, principalmente na Grande Vitória, inviabilizando a realização de projetos na área social de médio e longo prazo e ainda;

- Falta de dotação orçamentária adequada às demandas múltiplas da Secretaria de Segurança.

Ao analisar as estatísticas apresentadas por Waisfisz (2013) no Mapa da Violência, constata-se que os índices de homicídios caem de 2009 para 2010 e de 2010 para 2011. O governo estadual muda e as políticas públicas de segurança são novamente repensadas com um diferencial: desta vez alguma coisa iria ser preservada do plano anterior, a terceira fase (PEREIRA; GRASSI, 2012).

No início de 2011 o governo do estado se reúne para o planejamento estratégico dos quatro anos seguintes e decide implantar alguns eixos e diretrizes de trabalho para o próximo período. Como resultado foi desenvolvido o Programa Estado Presente, assim definido por Fajardo (2013, p.12)

A partir de 2011, objetivando a ampliar os resultados positivos obtidos no período imediatamente anterior, teve início a implementação do Programa Estado Presente com foco na redução de homicídios por meio de estratégias específicas para cada organização policial e na articulação de iniciativas para melhoria dos indicadores sociais.

Essa tentativa de dar respostas aos anseios da população que sofre com os altos índices de criminalidade, faz o governo mais uma vez planejar e investir nos projetos sociais. Os índices novamente caem de 57,2 em 2009, para 47,3 em 2012, apesar dessa queda, o Espírito Santo ainda fica, em 2012, no segundo lugar do ranking de homicídios do Brasil.

O Programa Estado Presente em Defesa da Vida tinha como objetivo promover a articulação institucional, priorizando a implantação de um conjunto de ações e projetos voltados para o enfrentamento da



violência letal e para prevenção primária em regiões caracterizadas como vulneráveis socialmente (ESPÍRITO SANTO, 2014). Com os dados do SIMDATASUS de 2013 pode-se observar a importância da continuidade dos programas e das políticas públicas de segurança.

Enquanto o PROPAS em 1999 preocupou-se muito com a situação das polícias e especificamente da Polícia Militar, o Plano de Enfrentamento à Violência foi elaborado como uma inovação: a terceira fase, que é a realização de projetos e programas sociais para as comunidades que apresentavam maiores índices de criminalidade.

Como já fora dito essa 3ª etapa não conseguiu ser implementada, mas a mudança de governo trouxe continuidade pelo menos nas diretrizes das políticas públicas e o Programa Estado Presente em Defesa da Vida avançou mais um pouco na 3ª etapa que é a assistência às comunidades vulneráveis. O Estado Presente foi definido por seus idealizadores, a Fundação João Mangabeira (2015), como um programa destinado a:

Envolver toda estrutura de governo para ampliar tanto os fatores de proteção quanto diminuir as causas de risco a violência, com forte influência na modalidade de planejamento governamental que expandisse garantias e direitos nos territórios acima mencionados. Mais ainda para assegurar as capacidades de intervenção e a efetividade dessa política, adotou-se como imprescindível a cooperação e as parcerias com o setor produtivo e a sociedade civil, pautada na consolidação de uma governança democrática e participativa, orientada para resultados. (FUNDAÇÃO..., 2015, p. 25).

Em 2013, segundo SIM/DATASUS o número de homicídios no Espírito Santo caiu para 1.619, perfazendo uma taxa por 100 mil habitantes de 42,17, levando o estado à 8ª colocação no ranking nacional de homicídios no Brasil.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Waiselfisz (2014) em seu amplo estudo apresenta uma série de limitações de seu trabalho como as sub-

notificações: falta de estatísticas em alguns estados, falta de padronização entre outros etc. Apesar desses problemas, o autor considera que os índices de homicídios ainda são um termômetro viável para medir a temperatura da violência urbana e da criminalidade.

Aqui também neste trabalho não se tentou ser exaustivo e nem responder a todas as questões referentes aos homicídios e suas estatísticas. Fez-se um breve recorte temporal, revisando a literatura nacional para se obter de forma simples algumas informações sobre a segurança pública do Espírito Santo, sobre as taxas de homicídios desse estado e o que está se fazendo com essas informações.

O tema por se revelar assaz complexo, justifica uma análise ainda mais aprofundada, tendo o presente trabalho cuidado de apresentar a situação do estado do Espírito Santo de forma panorâmica, dando-se destaque aos programas desenvolvidos e as taxas de homicídios apresentadas no intervalo de 1997 até 2013.

Cabe ainda ressaltar que em 2014 o Programa Estado Presente em Defesa da Vida chegou ao fim, não porque alcançou seu objetivo total, mas sim porque novamente ocorreram eleições e mudança de governo.

Com o avanço nas contribuições científicas, diagnósticos mais precisos sobre a situação dos homicídios no Estado e com a experiência agora da gestão do Governo com o Programa Estado Presente, em 2015 o novo governo do estado do Espírito Santo poderá se esmerar em planejar a continuação ou nova política pública de segurança.

Portanto nossa expectativa é deixarmos aqui uma esperança de um caminho aberto para que outras pesquisas possam aprofundar nessas e outras PPS, integrando conhecimentos da administração, da sociologia, da psicologia, da comunicação, dentre outros campos do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- BEATO, C. **Gestão da Informação**. Coleção Segurança com Cidadania/ Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Ano I, n.2. Brasília, 2009. p.8-47.
- BITTENCOURT, M.B. **As políticas da insegurança**: da Scuderie Detetive Le Cocq às masmorras do novo Espírito Santo. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: UFES, 2014.
- CARDOSO, M. S. **O novo paradigma da segurança pública no Brasil e sua repercussão no Espírito Santo**: O caso PRO-PAS (1985-2003). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em história do centro de ciências humanas e naturais da UFES, Vitória: UFES 2009.
- CARNEIRO. L.P. Pesquisas de vitimização e gestão da segurança pública. **Perspectiva**, v.21, n.1, São Paulo jan./jun. 2007. p.60-75.
- CERQUEIRA, D. Segurança pública no Espírito Santo: Passado e Futuro. **Anuário A Gazeta**, Vitória, 2013. p.168-186.
- ESPÍRITO SANTO. Governo do Estado. **Novos caminhos**: principais realizações em 2013. Secretaria de Economia e Planejamento. Vitória: SEP, 2014.
- FAJARDO, A.R.D. **Programa estado presente em defesa da vida** In: 1º SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA, Vitória: SEAE, 2013.
- FIGUEIREDO, R.; MENDONÇA, M. **Ocupação social**: bairros recebem material esportivo. Portal do Governo do Espírito Santo. Vitória, 2015. Disponível em: <[www.es.gov.br/Noticias/176907/ocupacao-social-bairros-recebem-material-esportivo.htm](http://www.es.gov.br/Noticias/176907/ocupacao-social-bairros-recebem-material-esportivo.htm)>. Acesso em: 12 dez. 2015.
- FUNDAÇÃO João Mangabeira. **Estado presente em defesa da vida**: um novo modelo para segurança pública/ Fundação João mangabeira – Brasília: Fundação João Mangabeira, 2015.
- LIMA, R.S. **Contanto crimes e criminosos em São Paulo**: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000. 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04022006-201043/pt-br.php>> Acesso em: 2 jan. 2016.
- LIMA, R.S. **Produção da opacidade**: Estatísticas Criminais e Segurança Pública no Brasil. Coleção Segurança com Cidadania/ Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Ano I, n.2. Brasília: SENASP, 2009. p.48-180.
- PEREIRA, A.L.G.; GRASSI, R.A. **Políticas públicas de combate à criminalidade no Espírito Santo**: situação atual e perspectivas de mudanças. Nexos econômicos CME UFBA. V.6, n.2, dez. 2012. p.75-94.
- RETROCEDEMOS uma década nas contas públicas. **A Gazeta**. Vitória, 4 de março 2015.
- ZANOTELLI, C.L. *et al.* **Atlas da criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo: Annablume, Fundação de Amparo à pesquisa do Espírito Santo (FAPES), 2011.
- WAISELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2011**. Os Jovens no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília: Ministério da Justiça, 2011.
- WAISELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2013**. Homicídios e Juventude no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 2013.
- WAISELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2014**. Os Jovens no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

---

Recebido em: 8 de janeiro de 2016  
Avaliado em: 23 de maio de 2016  
Aceito em: 26 de julho de 2016

---

**1. Mestre em Segurança Pública pela Universidade Vila Velha – UVV; Especialista em Inteligência em Segurança Pública e Policial da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo – PCES, onde trabalha na Assessoria de Imprensa e Comunicação. E-mail: adorisio@hotmail.com**  
**2. Doutorando em Geografia – PPGG/UFES; Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; Professor do Programa de Pós-graduação (Mestrado Profissional) em Segurança Pública da Universidade Vila Velha – UVV; Professor das Graduações de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Pedagogia e Gestão Portuária da UVV. E-mail: pabloslira@gmail.com**